



BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTA METODOLÓGICA - MATRIZ DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO¹

SUMÁRIO

- I. Introdução**
- II. Classificação dos Setores Institucionais**
- III. Instrumentos Financeiros**
- IV. Critérios utilizados na compilação**
- V. Comparação com as estatísticas econômicas oficiais divulgadas pelo BCB**
- VI. Relação da matriz com dados divulgados pelo IBGE**
- VII. Conclusão**

¹ Divulgada pelo Departamento de Estatísticas do Banco Central do Brasil. Segunda edição, julho de 2023.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

I. Introdução

A estatística da Matriz do Patrimônio Financeiro, divulgada pelo Banco Central do Brasil (BCB), registra os saldos de ativos e passivos financeiros ao final de cada trimestre. Os valores são desagregados por tipo de instrumento financeiro e por setor institucional, e apresentam as posições entre os setores da economia nacional e entre esses e o resto do mundo. As tabelas das matrizes têm divulgação trimestral, com defasagem de quatro meses, iniciando-se na data-base de dezembro de 2018².

A metodologia de compilação segue as orientações do manual de contas nacionais (*System of National Accounts*, SNA, edição 2008³), adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na compilação das contas nacionais. Padrão internacional para compilação e divulgação das estatísticas de atividade econômica, o sistema de contas nacionais é composto por diferentes contas: conta de produção, conta de renda, conta de capital e conta financeira. A matriz insere-se no sistema das contas econômicas integradas, por ser a base para a apuração dos estoques da conta financeira.

Na estrutura das contas econômicas integradas, a conta financeira permite explicar como o estoque da conta de capital de uma economia (seja capacidade ou necessidade de financiamento) se distribui pelos diversos ativos e passivos financeiros registrados entre os setores institucionais residentes e entre esses e o resto do mundo (SNA 2008, parágrafo 11.1). Portanto, a conta financeira permite avaliar como evolui o patrimônio financeiro líquido de um país e de seus setores institucionais, e quais são seus componentes, refletindo as decisões de investimentos e captação de recursos financeiros dos agentes econômicos.

Os diversos ativos e passivos financeiros registrados na matriz representam estoques (saldos em final de período) que geram a criação de um direito, para o detentor do ativo, e de uma obrigação, para a contraparte que assumiu o passivo correspondente. São também considerados ativos financeiros o ouro monetário das reservas internacionais, ainda que não tenha passivo correspondente, e as ações e outras participações, embora essas não representem direitos a um montante determinado contra passivos das empresas (SNA 2008, parágrafos 3.36 e 11.8).

Os valores registrados em cada posição da matriz resultam da classificação dos saldos por setores institucionais e instrumentos financeiros, fazendo-se a correspondência entre os setores credores e devedores (formato *from-whom-to-whom*), para cada instrumento. As colunas da matriz representam a posição ativa de cada setor institucional, enquanto as linhas registram os respectivos passivos por setor institucional, com a abertura por instrumento financeiro. A matriz permite avaliar a relação econômica entre os diferentes setores, dois a dois, sendo a diagonal da tabela a representação das posições intrasetoriais.

² Essa estatística está disponível em <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>, sob o título de “Matriz do Patrimônio Financeiro”.

³ Disponível em <https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna2008.asp>.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

A abertura por tipo de instrumento financeiro não é a mesma para todos os setores institucionais, pois determinados instrumentos não se aplicam a certos setores, principalmente quando considerados como *funding* (passivos). O instrumento depósitos, por exemplo, não aparece nas linhas da matriz para sociedades não financeiras e famílias, pois essa forma de captação inexistente para esses setores. Por outro lado, sob a ótica dos ativos das sociedades não financeiras e famílias (colunas da matriz), observam-se valores para depósitos, que representam passivos de outros setores (como de outras sociedades de depósitos e do resto do mundo).

A matriz do patrimônio financeiro consolida estatísticas macroeconômicas e outras informações provenientes de diversas bases de dados, internas e externas ao BCB. Ao sintetizar em uma só tabela as fontes de financiamento e alocação dos recursos da economia, permite maior integração entre as diversas estatísticas macroeconômicas, normalmente divulgadas em domínios isolados (setor externo, fiscal, monetário e financeiro, títulos de dívida). Por outro lado, é possível haver discrepâncias em relação às estatísticas tradicionalmente divulgadas, seja por razões metodológicas, de fonte de dados ou por tempestividade de atualização.

A estatística da matriz do patrimônio financeiro será revisada conforme estabelecido na política de revisão estatística⁴. A cada trimestre, poderá ocorrer a revisão ordinária de curto prazo, retroagindo-se a até dois trimestres anteriores à data de referência de divulgação. Anualmente, quando da publicação dos dados referentes ao último trimestre do ano anterior (prevista para os meses de abril), toda a série histórica poderá ser revisada, com divulgação de nota explicativa abordando as alterações e seus principais impactos.

II. Classificação dos Setores Institucionais

A matriz do patrimônio financeiro apresenta os estoques de ativos e passivos financeiros de acordo com a classificação dos setores institucionais estabelecida no sistema de contas nacionais (SNA 2008, capítulo 4), conforme abaixo transcrito. À frente de cada setor e subsetor, apresenta-se a codificação internacional correspondente.

⁴ Política de Revisão das Estatísticas Econômicas Oficiais Compiladas pelo Departamento de Estatísticas (DSTAT) do BCB. Disponível em https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/notas_metodologicas/Politica_de_Revisoes_de_Estatisticas.pdf.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

S1. Economia Nacional

S11. Sociedades Não Financeiras

S12. Sociedades Financeiras

S121. Banco Central

S122. Outras Sociedades de Depósito

S123. Fundos de Investimento Monetários

S124. Fundos de Investimento Não Monetários

S125-S127. Outras Sociedades Financeiras

S128-S129. Seguradoras e Fundos de Pensão

S13. Governo Geral

S14-S15. Famílias e Instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias (ISFL)

S2. Resto do Mundo

A seguir apresenta-se a descrição da cobertura de cada setor e subsetor.

S11. Sociedades Não Financeiras (SNF): empresas de capital privado ou público cuja principal atividade é a produção de bens e serviços não financeiros.

S12. Sociedades Financeiras (SF): corporações cuja principal atividade é o fornecimento de serviços financeiros às demais unidades institucionais da economia. São classificadas em seis subsetores, descritos a seguir, refletindo a diversidade dos serviços financeiros que oferecem, a composição do patrimônio financeiro e os vínculos estabelecidos com os demais setores econômicos.

S121. Banco Central.

S122. Outras Sociedades de Depósitos (OSD): instituições financeiras bancárias e não bancárias supervisionadas pelo BCB, autorizadas a captar instrumentos incluídos nos meios de pagamento ampliados (SNA 2008, parágrafo 4.105)⁵;

S123. Fundos de Investimento Monetários (FIM): fundos de investimento financeiro que emitem cotas incluídas nos agregados monetários ampliados. Esses fundos aplicam ou podem aplicar parte significativa de sua carteira em instrumentos com taxas de retorno próximas àquelas negociadas nas operações de mercado aberto. Exemplos de FIM são os fundos de renda fixa e multimercados.

⁵ Os meios de pagamentos ampliados de um país abrangem o total dos instrumentos financeiros de elevada liquidez, que podem ser convertidos no curto prazo em ativos líquidos, pertencentes aos detentores de moeda e que são amplamente aceitos como meio de troca (*Monetary and Financial Statistics Manual*, versão 2016, parágrafo 6.11, publicado pelo Fundo Monetário Internacional, FMI). Para maiores detalhes, ver a Nota Técnica do BCB nº 48, de novembro de 2018, disponível em <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/notastecnicas/revisaometodologicameiospagamento>. No Brasil, são classificados como OSD: bancos comerciais e múltiplos; Caixa Econômica Federal; cooperativas de crédito; bancos de investimento e de desenvolvimento; sociedades de crédito, financiamento e investimento; sociedades de crédito imobiliário; associações de poupança e empréstimos; e companhias hipotecárias.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

S124. Fundos de Investimento Não Monetários (FINM)⁶: fundos de investimento que aplicam majoritariamente em renda variável; abrangem os fundos de ações, fundos de investimento em participações, fundos imobiliários e fundos de direitos creditórios.

S125-127. Outras Sociedades Financeiras (OSF): grupo diversificado de instituições que podem se enquadrar em uma das seguintes categorias:

- i. Outros intermediários financeiros, exceto seguradoras e fundos de pensão: instituições que atuam por conta e risco próprios, prestando serviços financeiros, contraindo passivos não incluídos nos agregados monetários ampliados. Como exemplos, as sociedades de arrendamento mercantil, securitizadoras e sociedades de capitalização.
- ii. Auxiliares financeiros: entidades que prestam serviços associados às transações financeiras e que atuam notadamente em nome de terceiros, ou que fornecem a infraestrutura para o mercado financeiro, como bolsas de valores, câmaras de custódia e liquidação, corretoras e distribuidoras; abrange também as instituições de pagamentos.
- iii. Instituições financeiras cativas e de empréstimos: instituições que prestam serviços financeiros a um grupo limitado de empresas, notadamente as denominadas *holdings*.

Adicionalmente, as OSF incluem o Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

S128-129. Seguradoras e Fundos de pensão⁷: inclui instituições supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) constituídas como seguradoras, resseguradoras e entidades de previdência privada aberta; fundos de pensão (supervisionados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Previc); e planos de saúde (supervisionados pela Agência Nacional de Saúde Complementar, ANS).

S13. Governo Geral (GG): governo federal, estaduais e municipais, excluindo as empresas estatais; incorpora os fundos públicos cujos recursos transitam pelo orçamento da União⁸ e os fundos extraorçamentários (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS)⁹.

⁶ Nas estatísticas monetárias e financeiras e de títulos de dívida, os FINM são agregados às outras sociedades financeiras.

⁷ Nas estatísticas monetárias e financeiras, as seguradoras e fundos de pensão são incorporadas às outras sociedades financeiras.

⁸ Os principais fundos são: Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO); Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

⁹ A partir de março de 2020, o FGTS incorporou o fundo PIS-PASEP (Programa de Integração Social e Programa de Formação de Patrimônio do Servido Público).



BANCO CENTRAL DO BRASIL

S14 – S15. Famílias e Instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias (ISFL): famílias correspondem às pessoas físicas ou grupamento de indivíduos que dividem a mesma unidade residencial e que usufruem das fontes de renda que agregam. As instituições sem fins lucrativos são pessoas jurídicas não financeiras, agregadas às unidades familiares por serem prestadores de serviços às famílias sem objetivo de lucro (condomínios residenciais, clubes esportivos, igrejas, sindicatos etc).

S2. Resto do Mundo: pessoas físicas e jurídicas não residentes que realizam transações financeiras com os setores institucionais da economia nacional¹⁰.

A classificação das pessoas jurídicas da economia nacional em sociedades financeiras, sociedades não financeiras e instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias baseia-se na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)¹¹. Entretanto, em algumas bases de dados (como nos empréstimos do sistema financeiro nacional), são necessárias reclassificações do código CNAE de determinadas empresas, para garantir classificação mais apropriada, notadamente no caso das *holdings* de instituições não financeiras.

III. Instrumentos Financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros divulgada na matriz é apresentada nos itens abaixo¹². Devido à simetria das contas financeiras, a mesma classificação se aplica aos ativos e passivos financeiros. À frente de cada uma das categorias, apresenta-se a codificação internacional correspondente.

F1. Ouro monetário e Direitos Especiais de Saque (DES)

F2. Moeda e Depósitos

F21. Moeda

F22. Depósitos transferíveis

F29. Outros depósitos

F3. Títulos de dívida

F31. Títulos de curto prazo

F32. Títulos de longo prazo

¹⁰ O conceito de residência segue definição estatística adotada internacionalmente (SNA 2008, parágrafo 2.19) e independe de critérios jurídicos e de nacionalidade. Assim, uma unidade institucional, pessoa física ou jurídica, é residente de um país quando seu centro de interesse econômico se localiza no território econômico desse país.

¹¹ Definidas pela Comissão Nacional de Classificação (Concla), conforme <https://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas/classificacao-nacional-de-atividades-economicas.html>.

¹² A classificação segue a metodologia descrita no SNA 2008, capítulo 11, item C.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

F4. Empréstimos

F41. Empréstimos de curto prazo

F42. Empréstimos de longo prazo

F5. Ações, outras participações de capital e Cotas em fundos de investimento

F51. Ações e outras participações de capital

F52. Cotas em fundos de investimento

F6. Seguros, Rendas vitalícias e Garantias padronizadas

F61. Reservas técnicas de seguro não vida

F62. Direitos de seguro vida e rendas vitalícias

F63. Direitos de pensão

F66. Garantias padronizadas

F7. Derivativos financeiros e Opções sobre ações de empregados

F71. Derivativos financeiros

F8. Outras contas a receber/pagar

F81. Créditos comerciais e adiantamentos

F89. Outros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com suas principais características, como forma jurídica, grau de negociabilidade e liquidez.

Na classificação, são excluídos os ativos e passivos não financeiros, como ativo imobilizado, material em estoque, ativo permanente diferido e intangível. Também são excluídos ativos e passivos contingentes¹³. As provisões ativas (como provisão para devedores duvidosos) também são desconsideradas, pois os saldos dos instrumentos financeiros devem ser incluídos pelo valor bruto.

A seguir detalha-se cada instrumento financeiro classificado na matriz.

F1. Ouro monetário e Direitos Especiais de Saque (DES)

O ouro monetário é o ativo em ouro registrado nas reservas internacionais do BCB. Embora não gere contrapartida de obrigação para outro setor, é normalmente registrado como passivo do resto do mundo.

Os Direitos Especiais de Saque (DES), também incluídos nas reservas internacionais, são alocados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) aos países membros. Por definição, representam tanto um ativo quanto um passivo do BCB, tendo como contraparte (passiva ou ativa) o resto do mundo.

¹³ Os ativos e passivos contingentes não são considerados ativos e passivos financeiros pois dependem da ocorrência de condições específicas para que de fato exista um direito ou obrigação patrimonial.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

F2. Moeda e Depósitos

F21. Moeda

Abrange o valor registrado no passivo do BCB como papel-moeda em circulação (moeda nacional) e as disponibilidades em moeda estrangeira de residentes (passivo de não residentes) registradas na Posição de Investimento Internacional (PII). Na alocação do papel-moeda em circulação entre os setores detentores, utilizou-se os balancetes dos bancos e demais entidades financeiras para captar o caixa dessas instituições; não havendo fontes de dados para uma distribuição mais precisa entre os demais setores, os saldos remanescentes foram alocados integralmente no setor das famílias.

F22. Depósitos transferíveis

São recursos depositados em moeda nacional ou estrangeira pelos diversos setores institucionais em entidades bancárias residentes e não residentes, prontamente disponíveis para saques em espécie ou para utilização por meio de débito em conta.

Incluem os depósitos à vista dos diversos setores que estão no passivo das Outras Sociedades de Depósitos; a conta única do Tesouro Nacional depositada no BCB; e os depósitos em moeda estrangeira das reservas internacionais e de outros setores residentes registrados como passivos do resto do mundo.

Agregam, ainda, outros saldos registrados entre Outras Sociedades de Depósitos (OSD) que tenham características de depósitos ou empréstimos. O parágrafo 11.56 do SNA 2008 especifica que os empréstimos e depósitos registrados entre OSD possuem diferente significado econômico se comparados à atividade de intermediação financeira das OSD com os demais setores da economia. Em geral, são recursos para utilização no curto prazo e com taxas que não incorporam riscos de mercado. Portanto, a metodologia estatística internacional recomenda que depósitos e empréstimos de curto prazo registrados entre OSD sejam classificados como depósitos transferíveis¹⁴.

F29. Outros depósitos

Ativos financeiros com características de depósitos, mas que não se enquadram nos depósitos transferíveis. Abrangem diversos tipos de depósitos, incluindo recursos que podem ser utilizados de forma mais imediata por seus credores, e recursos bloqueados em contas que dependam da ocorrência de determinados eventos para que sejam liberados.

Nas matrizes de patrimônio financeiro, os principais saldos registrados como outros depósitos referem-se a: depósitos compulsórios e voluntários de instituições financeiras supervisionadas pelo BCB (passivo do BCB e ativo de OSD e OSF); ativos em depósitos

¹⁴ As operações compromissadas contratadas entre OSD, ainda que sejam de curto prazo, devem ser classificadas como empréstimos, por serem lastreadas em títulos.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

de poupança, depósitos a prazo sem certificado e depósitos judiciais dos diversos setores institucionais nas OSD; depósitos dos empregados no FGTS (ativo das famílias e passivo do Governo Geral); depósitos a prazo em moedas estrangeiras dos diversos setores institucionais em bancos não residentes (passivo do resto do mundo); contas de pagamento pré-pagas (principalmente como passivo de OSF e ativo das famílias); operações compromissadas com lastro em títulos públicos e privados que são classificadas como meios de pagamento amplos na economia¹⁵; e recursos em trânsito no passivo das Outras Sociedades Financeiras, Seguradoras e Fundos de Pensão.

F3. Títulos de dívida

Na classificação do SNA 2008, parágrafo 11.64: “*Títulos de dívida são instrumentos financeiros negociáveis e que servem como evidência de dívida*”.

Os títulos de dívida se distinguem dos demais instrumentos negociáveis, como ações, cotas de fundos e derivativos, por serem valores mobiliários emitidos por empresas ou governos que acumulam juros e, portanto, seus detentores fazem jus a um montante composto de principal e juros.

Os estoques de títulos de dívida incluídos na matriz do patrimônio financeiro representam, no passivo dos setores emissores, o valor emitido líquido de resgates, adicionado de juros acumulados pelo regime de competência. Os títulos emitidos no mercado doméstico pelo Tesouro Nacional e os títulos emitidos por não residentes adquiridos por residentes (passivos do Resto do Mundo), são compilados a preços de mercado. Para os demais títulos, considerou-se o valor da curva de rendimentos. Como ativo das unidades institucionais, o saldo em títulos de dívida representa a posição em carteira, que inclui todos os títulos de propriedade dos detentores, ainda que cedidos como lastro ou garantia na contratação de outras operações.

As categorias de títulos de dívida incluídas na matriz estão listadas na Tabela 1 abaixo. Essa listagem será revisada, sempre que necessário, acompanhando a evolução dos instrumentos financeiros.

¹⁵ As operações compromissadas com títulos classificadas como outros depósitos são aquelas incluídas no agregado monetário ampliado M3. Referem-se a operações em que os tomadores de recursos são os setores que emitem moeda em sentido amplo (Banco Central, Outras Sociedades de Depósitos, Fundos de Investimento Monetários) e cujos credores são os detentores de moeda (Outras Sociedades Financeiras, Governos Estaduais e Municipais, Sociedades Não Financeiras, Famílias e ISFL). As demais operações compromissadas são classificadas como empréstimos (SNA 2008, parágrafo 11.59).



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Tabela 1 – Títulos de dívida incluídos na matriz

Categoria de emissor	Discriminação
Governo	Títulos públicos federais registrados no Selic; Títulos públicos securitizados registrados na B3; Títulos emitidos no exterior
Outras sociedades de depósitos	Certificados de Depósitos Bancários (CDB); Certificados de Operações Estruturadas (COE); Certificados de Depósitos Interbancários (CDI); Letras Financeiras; Letras de Câmbio; Letras Hipotecárias; Letras de Crédito Imobiliário (LCI); Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI); Letras de Crédito do Agronegócio (LCA); Letras Imobiliárias Garantidas (LIG); Títulos emitidos no exterior
Outras sociedades financeiras	Debêntures; Certificados de Depósitos Interbancários (CDI); Letras Financeiras; Letra de Arrendamento Mercantil (LAM); Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI); Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA); Títulos emitidos no exterior
Seguradoras	Debêntures; Títulos emitidos no exterior
Sociedades não financeiras	Debêntures; Notas Comerciais; Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI); Títulos emitidos no exterior
Não residentes	Títulos das reservas internacionais; Títulos adquiridos no mercado externo pelos demais setores residentes

O estoque de títulos de dívida é classificado nas seguintes categorias:

F31. Títulos de curto prazo: com prazo de vencimento até um ano.

F32. Títulos de longo prazo: com prazo de vencimento acima de um ano.

F4. Empréstimos

Esse instrumento financeiro inclui recursos alocados diretamente de credores a devedores, por meio de instrumentos não negociáveis. Parte expressiva do estoque corresponde às operações de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil concedidos por instituições do sistema financeiro nacional (OSD e parcela das OSF), com contrapartida principalmente em passivos das SNF e das famílias.

As operações compromissadas com títulos públicos e privados não enquadradas como “outros depósitos” também estão incorporadas nos empréstimos (SNA 2008, parágrafo 11.59, e nota de rodapé 14 dessa Nota). Os principais saldos são operações compromissadas de curto prazo com títulos públicos, registradas no passivo do BCB com contraparte no ativo das OSD, e no passivo das OSD com contraparte em ativos dos fundos de investimento monetários. Ressalte-se que o título fornecido como lastro continua sendo registrado na carteira do detentor original, seja este o próprio tomador do empréstimo ou outra entidade.

Um terceiro grupo relevante classificado no instrumento “empréstimos” é registrado como ativo do Governo Geral. Entre os passivos correspondentes, destacam-se: saldos registrados de forma bruta dentro do próprio setor Governo Geral, por refinanciamentos



BANCO CENTRAL DO BRASIL

de dívida de estados e municípios; passivos de instituições financeiras públicas (OSD) constituídos por empréstimos e repasses da União; passivos de instituições financeiras (OSD) com o FGTS devido a empréstimos concedidos com os recursos deste fundo.

O setor Resto do Mundo também apresenta saldos relevantes no instrumento financeiro empréstimos, considerando-se sua posição credora ante os residentes. Entre as contrapartes passivas desses empréstimos, destacam-se as SNF, OSD e o Governo Geral.

Assim como os títulos, os empréstimos são classificados nas categorias de curto e longo prazo:

F41. Empréstimos de curto prazo: com prazo de vencimento até um ano.

F42. Empréstimos de longo prazo: com prazo de vencimento acima de um ano.

F5. Ações, outras participações de capital e Cotas em fundos de investimento

F51. Ações e outras participações de capital

As ações incorporam os instrumentos que representam direitos dos detentores ao valor residual de uma empresa, após o pagamento de todas as obrigações assumidas nos passivos dessa empresa, e que pagam dividendos aos detentores.

Estão incluídas na matriz as ações de empresas cotadas e de empresas não cotadas em Bolsas, além de outras participações de capital. O estoque das ações cotadas refere-se ao valor de mercado; para as ações não cotadas, são efetuadas estimativas para o valor do patrimônio líquido das empresas.

Os estoques de ações aparecem como passivos de Banco Central, Outras Sociedades de Depósitos, Outras Sociedades Financeiras, Seguradoras, Sociedades Não Financeiras e do Resto do Mundo. Na contraparte ativa, seus detentores estão distribuídos nos diversos setores institucionais.

F52. Cotas em fundos de investimento

Cotas em fundos são instrumentos financeiros emitidos por entidades de investimento coletivo. Cada cota representa uma fração da carteira coletiva de investimento, e é remunerada pelos rendimentos auferidos em conjunto pelos instrumentos que compõem essa carteira.

Os fundos de investimento são classificados em Fundos de Investimento Monetários (FIM) e Fundos de Investimento Não Monetário (FINM), conforme detalhado na seção II (Classificação dos setores institucionais).



BANCO CENTRAL DO BRASIL

A matriz do patrimônio financeiro também agrega os fundos de investimento em cotas de outros fundos; mas a apresentação do saldo intrasetorial permite a avaliação do instrumento de forma bruta ou consolidada.

O saldo das cotas de fundos equivale ao “patrimônio líquido ajustado” (soma do valor das cotas, mais as receitas menos as despesas provenientes das aplicações dos fundos, registrados pelo regime de competência e avaliados a mercado). Esse saldo é distribuído pelos detentores com base em informações registradas nos balanços das entidades credoras.¹⁶

F6. Seguros, Rendas vitalícias e Garantias padronizadas

Este instrumento financeiro é parte dos passivos das seguradoras e fundos de pensão e das outras sociedades financeiras. Apresenta a seguinte classificação:

F61. Reservas técnicas de seguro não vida

Referem-se às provisões técnicas registradas nas seguradoras que oferecem seguros de bens (contraparte ativa distribuída por diversos setores institucionais) e planos de saúde (contraparte ativa no setor de famílias). Essas reservas são recursos para fazer face às indenizações de seguros e pagamentos devidos pelos planos de saúde.

F62. Direitos de seguro vida e rendas vitalícias

Abrangem os direitos das famílias em seguros de vida e nos fundos de previdência abertos na modalidade Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL).

F63. Direitos de pensão

Incluem os direitos de aposentadorias e pensões das famílias nos fundos de pensão e nos fundos de previdência abertos do tipo Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL).

F66. Garantias padronizadas

Correspondem às provisões técnicas das sociedades de capitalização, constituídas pelos direitos das famílias que aplicaram em títulos de capitalização.

Os três primeiros instrumentos desse grupo (F61, F62 e F63) são registrados como passivos de Seguradoras e Fundos de Pensão. Quanto às garantias padronizadas, estão incluídas no passivo das Outras Sociedades Financeiras.

F7. Derivativos financeiros e Opções sobre ações de empregados

¹⁶ O resíduo da diferença entre o patrimônio líquido dos fundos de investimento e a soma dos ativos em cotas registrado nos demais setores é alocado para a contraparte das sociedades não financeiras.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

F71. Derivativos financeiros

As posições de derivativos financeiros incluídas na matriz referem-se aos saldos patrimoniais a receber ou a pagar ao final de cada trimestre, provenientes de operações a termo, *swaps* e opções flexíveis¹⁷ que foram contratadas nos mercados de balcão da B3, com ou sem garantia. Os derivativos com contraparte não-residente têm como fontes as estatísticas de reservas internacionais e da Posição de Investimento Internacional (PII).

Os principais setores com ativos e passivos em derivativos são as Outras Sociedades de Depósitos, Fundos de Investimento Monetários e as Sociedades Não Financeiras.

F8. Outras contas a receber/pagar

Essa categoria inclui os créditos comerciais e adiantamentos e demais ativos ou passivos financeiros não classificados nos instrumentos anteriormente mencionados.

F81. Créditos comerciais e adiantamentos

Créditos comerciais e adiantamentos abrangem recursos concedidos diretamente entre os setores institucionais da economia real, sem a intermediação do setor financeiro, pagamentos antecipados por bens e serviços que ainda serão entregues, ativos gerados por entrega de bens ou serviços cujo pagamento ainda não se efetivou. Os principais exemplos são: concessão direta de crédito no segmento comercial, dos fornecedores aos seus clientes; crédito direto de construtores a adquirentes de imóveis; crédito entre sociedades não financeiras do mesmo grupo econômico. Não incluem os empréstimos destinados por OSD e OSF a empresas do comércio, que são classificados no instrumento de empréstimos.

A matriz traz a abertura de créditos comerciais somente para ativos e passivos financeiros com contraparte resto do mundo. Os principais saldos referem-se a operações intercompanhia, que são empréstimos entre empresas residentes e não residentes do mesmo grupo.

Para os demais setores institucionais, os dados ainda não permitem a compilação adequada dos créditos comerciais. Por outro lado, a parcela de créditos comerciais entre residentes que é securitizada no setor financeiro já está incorporada na matriz, por meio dos ativos em direitos creditórios das securitizadoras (setor OSF) e dos fundos de investimento em direitos creditórios (setor FINM).

F89. Outros

Inclui ativos e passivos financeiros não classificados nos demais instrumentos e que geram contas a receber ou a pagar na posição patrimonial dos setores institucionais,

¹⁷ São opções negociadas em ambiente de balcão organizado e cujas regras são definidas entre as partes da operação.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

principalmente devido ao descasamento temporal entre contratação de operações e os correspondentes fluxos financeiros, pelo critério de competência. Exemplos: saldos de operações contratadas a liquidar (como operações de câmbio), dividendos a pagar, impostos a pagar, pagamentos/recebimentos em trânsito, saldos a pagar ou a receber por negociações de instrumentos financeiros, adiantamentos efetuados ou recebidos.

O saldo desse instrumento é compilado diretamente a partir de um conjunto de operações registradas no patrimônio dos diversos setores institucionais, não sendo incluídas eventuais discrepâncias estatísticas.

O setor financeiro aparece como o principal devedor nessa categoria, notadamente as OSD e OSF, seguido pelas SNF. Entre os principais credores, aparecem esses mesmos setores, indicando que boa parte desses ativos e passivos são gerados por operações interfinanceiras ou por transações de OSD e OSF com SNF. Os saldos de outros ativos e passivos de OSD com SNF incluem notadamente as contratações de câmbio a liquidar. Já os outros passivos de OSF com as SNF referem-se em grande parte aos valores a pagar de instituições de pagamentos a lojistas, derivados de vendas com cartão de crédito.

IV. Critérios utilizados na compilação

A compilação da matriz do patrimônio financeiro segue critério de consistência horizontal. Para a compilação de cada estoque de determinado instrumento financeiro é necessário que ocorra a identificação dos setores institucionais devedores e credores. Dessa forma, os ativos e passivos financeiros têm de se apresentar equilibrados entre os diversos setores da economia.

Nesse sentido, o principal desafio na elaboração da matriz é a classificação dos setores institucionais contrapartes das operações, em função de deficiências das bases de dados, em relação a nível de cobertura, identificação ou classificação de setores. A dificuldade é particularmente maior para as sociedades não financeiras e famílias, que têm parte significativa de seus ativos e passivos obtidos de forma indireta (e muitas vezes por estimação) por meio de outras bases de dados¹⁸. O mesmo ocorre para outras sociedades financeiras não supervisionadas pelo BCB, para as quais ainda não é possível o acesso a balanços agregados, de forma regular e padronizada (por exemplo, securitizadoras).

Além disso, ainda não é possível incluir na matriz uma parte dos ativos e passivos financeiros das sociedades não financeiras e famílias, devido às deficiências de fontes de dados. Assim, não foram compilados os saldos de alguns instrumentos financeiros entre sociedades não financeiras, entre famílias e entre famílias e sociedades não financeiras, como é o caso de empréstimos e outras contas a receber/pagar (créditos comerciais e outros)¹⁹.

¹⁸ Alguns países contam com centrais de balanço de empresas ou pesquisas conjunturais periódicas, que permitem a melhor obtenção de dados para empresas não financeiras e famílias.

¹⁹ Em relação aos créditos entre sociedades não financeiras e entre sociedades não financeiras e famílias, foram incluídos na matriz somente os registrados nas bases de dados das estatísticas externas (contraparte



BANCO CENTRAL DO BRASIL

As sociedades de depósitos, fundos de investimento monetários e outras sociedades financeiras que contam com balanços patrimoniais mensais contribuem para estimar os valores referentes aos setores com informação menos completa. Por exemplo, a diferença entre o passivo registrado nesses setores institucionais e a soma identificada nos ativos dos outros subsetores, para um determinado instrumento, é alocada ao setor que não possui informação disponível.

Na seleção das bases de dados utilizadas na produção da matriz, são consideradas as principais fontes para a compilação das estatísticas macroeconômicas, buscando-se utilizar a informação mais desagregada disponível. Adicionalmente, são captadas fontes de dados para entidades não incluídas nessas estatísticas (como os balancetes do FGTS, de planos de saúde e demonstrativos de operações de boa parte dos fundos de investimento não monetários).

Feito o levantamento das bases de dados disponíveis, é necessária sua priorização, pois há redundâncias e divergências nas classificações, por serem fontes de dados não padronizadas e não integradas, além da impossibilidade de acesso ao microdado em diversas bases. A tendência é se priorizar bases de dados mais robustas, seja por conta de aspectos institucionais, regulatórios ou de abrangência de utilização.

Na compilação das séries da matriz, foi estabelecida a prioridade das fontes de dados, conforme segue:

- i. Para títulos públicos e privados e operações compromissadas com lastro nesses títulos, adota-se como prioritária a utilização dos estoques registrados nas respectivas centrais de custódia: Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e Brasil Bolsa Balcão (B3);
- ii. Ativos e passivos do setor Governo Geral têm como prioridade a estatística da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), exceto os provenientes de: títulos públicos (substitui-se pelo saldo do Selic a preços de mercado), fundos constitucionais e extraorçamentários e das ações²⁰.

resto do mundo) e, no caso do mercado doméstico, somente os que foram securitizados no sistema financeiro por meio da emissão de títulos ou cotas de fundos de direitos creditórios.

²⁰ A estatística da DLSP não inclui dados dos fundos extraorçamentários e das ações detidas pelos governos. Nos últimos anos, o BCB passou a divulgar a estatística de Patrimônio Financeiro Líquido do Governo Geral (ver a Nota Técnica do BCB nº 50, de maio de 2019, disponível em https://www.bcb.gov.br/publicacoes/notastecnicas/052019_nt_50), que incorpora os saldos das ações, mas sem incluir o FGTS. Para aprimoramento futuro na compilação da matriz de patrimônio financeiro, pretende-se substituir a fonte da DLSP pela estatística do patrimônio financeiro líquido.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

- iii. Ativos e passivos com o resto do mundo têm como prioridade a estatística da Posição de Investimento Internacional (PII)²¹, exceto os passivos do governo em títulos e empréstimos com não residentes, que utilizam a DLSP e o saldo do Selic a mercado (essa última, para os títulos emitidos no mercado doméstico).
- iv. Empréstimos concedidos pelo sistema financeiro nacional têm como prioridade o Sistema de Informações de Crédito (SCR) do BCB.
- v. Para cotas de fundos de investimento, utilizam-se os balancetes contábeis dos fundos disponibilizados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ou os demonstrativos de operações dos fundos, para os casos em que não há balancetes.
- vi. Para as ações cotadas, a fonte prioritária é a B3, a partir das informações disponibilizadas ao mercado. Para as ações não cotadas, os saldos são estimados com base em diversas fontes de dados (imposto de renda anual, base de dados das ações cotadas, posições contábeis das contrapartes e Posição de Investimento Internacional).
- vii. Para operações com derivativos, é adotado como prioridade os registros na B3.
- viii. Demais ativos e passivos financeiros das sociedades financeiras têm como prioridade o registro nos respectivos balancetes contábeis – é o caso do papel-moeda em circulação no passivo do Banco Central; disponibilidades em caixa das OSD, OSF e seguradoras; depósitos, outras contas a receber/pagar; e do instrumento “seguros, rendas vitalícias e garantias padronizadas”.
- ix. Demais ativos e passivos do governo geral relativos a fundos constitucionais e extraorçamentários têm como fonte os balancetes desses fundos – é o caso, principalmente, dos depósitos do FGTS e dos empréstimos do FNO e FNE.

Saldos brutos e consolidados

A matriz do patrimônio financeiro inclui todos os estoques dos instrumentos financeiros registrados na posição patrimonial dos setores institucionais. Dessa forma, são também compiladas as posições intrasetoriais, que se referem aos saldos cujo credor e devedor fazem parte do mesmo setor ou subsetor institucional.

Os principais estoques intrasetoriais registrados na matriz são: ativos de governo geral contra governo geral (como governo federal com estados e municípios e governo federal no FGTS); cotas de fundos de investimento em outros fundos de investimento; investimentos em ações de sociedades não financeiras em outras sociedades não

²¹ Quanto à PII, as principais fontes de dados são: as reservas internacionais e a pesquisa Capitais Brasileiros no Exterior (CBE), para os ativos de residentes contra não residentes; e o Censo de Capitais Brasileiros no País e a dívida externa para passivos de residentes com não residentes.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

financeiras; operações entre OSD e operações entre OSF envolvendo empréstimos, depósitos, títulos e ações; e aplicações de seguradoras em outras seguradoras (resseguros).

Os saldos intrasetoriais correspondem à diagonal da tabela. Para apuração dos saldos consolidados da matriz, deve-se excluir os valores registrados nessa diagonal.

Precificação dos ativos

De acordo com a metodologia internacional, os instrumentos financeiros negociáveis (títulos, derivativos, cotas de fundos de investimento e ações cotadas) devem ser avaliados a preços de mercado. As bases de dados utilizadas para esses instrumentos permitem a obtenção dos estoques a valor de mercado, exceção feita aos títulos privados emitidos por residentes nos mercados doméstico e internacional, para os quais se utiliza o valor nominal²². Entretanto, os títulos privados emitidos no mercado doméstico, que representavam 94% das emissões de títulos privados em dezembro de 2021, são em sua maioria (80%) indexados à variação da taxa básica de juros, o que de certa forma aproxima o valor nominal ao valor de mercado²³.

Em relação aos títulos emitidos pelo governo geral no mercado internacional, embora o BCB divulgue na estatística da dívida externa tanto o valor nominal quanto o de mercado, a matriz considera a informação divulgada na DLSP, a valor nominal.

Ações não cotadas, em geral, são avaliadas pelo valor contábil, exceto para os dados do setor externo (fonte PII), que passaram a ser avaliados a mercado a partir da data-base de dezembro de 2021, conforme recomenda a metodologia internacional.

Os demais instrumentos financeiros compilados na matriz, como depósitos e empréstimos, são avaliados pelo valor registrado nos balanços, sem considerar as provisões redutoras do ativo. Portanto, no saldo dos empréstimos, são considerados os saldos brutos, sem dedução das provisões para devedores duvidosos.

Segmentação por prazo

Na matriz do patrimônio financeiro, em função da disponibilidade de dados, os instrumentos títulos de dívida e empréstimos foram classificados em curto e longo prazo considerando a maturidade residual, ou seja, o prazo restante para o seu vencimento, a partir da data-base considerada. Portanto, para esses instrumentos, curto prazo refere-se a vencimento até um ano e longo prazo, vencimento acima de um ano. Nos casos em que as fontes de dados não permitam a identificação adequada dos prazos, os valores são classificados como sendo de longo prazo.

²² O valor nominal de um título (ou preço da curva de rendimentos) reflete o preço de emissão, mais os montantes adicionados de juros ao longo da permanência do título na carteira, menos os valores resgatados.

²³ Fonte dos dados: estatísticas de títulos, divulgadas no sistema de séries temporais (SGS) do BCB.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Câmbio

Os valores da matriz do patrimônio financeiro são divulgados em moeda nacional. Os valores mensurados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda nacional pela taxa de câmbio média de compra e venda do final do período de referência.

V. Comparação com as estatísticas econômicas oficiais divulgadas pelo BCB

A matriz do patrimônio financeiro agrega e consolida diversas informações utilizadas na compilação das estatísticas macroeconômicas. Agregar um conjunto heterogêneo de bases de dados, que inclui estatísticas regularmente divulgadas, demanda um processo em constante atualização e sujeito a discrepâncias em relação a essas estatísticas consideradas isoladamente.

A matriz considera um conjunto maior de bases de dados do que as usualmente utilizadas na compilação das estatísticas macroeconômicas, além de captar a informação de forma mais desagregada nas bases já utilizadas. O desafio de classificação do setor institucional das contrapartes demanda também a utilização de informações nem sempre disponíveis em bases de dados estruturadas e de atualização regular. Essa necessidade de identificação do setor da contraparte, ainda que de forma estimada, dificulta a convergência com séries já divulgadas na distribuição setorial dos ativos e passivos financeiros. Nas demais estatísticas macroeconômicas, nem sempre se apresenta a classificação do setor da contraparte, e quando isso ocorre, em geral é de forma bem mais agregada.

Quanto à classificação por instrumento financeiro, a matriz apresenta cobertura mais abrangente que as demais estatísticas, destacando-se as séries de ações e derivativos²⁴. Adicionalmente, a matriz busca mapear e classificar todos os ativos e passivos financeiros registrados no patrimônio das unidades institucionais. Nesse sentido, o instrumento outras contas a receber/a pagar é também apurado de forma desagregada, compilando-se diversas operações patrimoniais não classificadas nos demais instrumentos, não sendo, portanto, obtido de forma residual.

Outro avanço que a matriz traz em relação às demais estatísticas é o detalhamento do instrumento financeiro “Seguros, Rendas Vitalícias e Garantias Padronizadas”, tipicamente um passivo das seguradoras e fundos de pensão e das outras sociedades financeiras (nessas últimas, relativo às garantias padronizadas)²⁵.

Quando se considera as fontes de dados utilizadas, que podem ser estatísticas macroeconômicas, demonstrativos contábeis, centrais de custódia de ativos, relatórios

²⁴ A Posição de Investimento Internacional (PII) apresenta as séries desagregadas para ações e derivativos. A estatística do Patrimônio Financeiro Líquido do Governo Geral também apresenta a desagregação do instrumento ações, mas sem incluir os fundos governamentais.

²⁵ Nas estatísticas monetárias e financeiras, esses passivos estão incluídos no Panorama das Outras Sociedades Financeiras, mas de forma agregada e consolidada, sem a segmentação do setor da contraparte e excluindo as provisões dos planos de saúde.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

gerenciais recebidos de outros órgãos, discrepâncias podem ocorrer por diversos motivos. Algumas razões para isso são:

- i. Utilização de dados originais produzidos sem finalidade estatística, para atender a órgãos reguladores ou finalidades tributárias, como balancetes contábeis;
- ii. Demonstrativos contábeis não padronizados, como no caso de entidades não supervisionadas pelo BCB;
- iii. Formas de precificação de ativos diversas e nem sempre explicitadas;
- iv. Centrais de custódia de ativos não necessariamente estruturadas para compilação de estatísticas;
- v. Fontes diversas para mesma informação, com metodologia ou contabilização divergentes;
- vi. Inexistência de bases de dados com nível necessário de detalhamento – como comentado para sociedades não financeiras e famílias;
- vii. Atualizações e revisões de dados realizadas em diferentes momentos, ou não efetuada em algumas bases.

Adicionalmente, os valores divulgados na matriz do patrimônio financeiro são compilados a partir da posição patrimonial bruta, com a diagonal da tabela apresentando os saldos intrasetoriais. Por outro lado, as estatísticas macroeconômicas publicadas em domínios isolados são mais voltadas para medir, de forma líquida, os principais agregados da economia.

A seguir, são detalhadas as principais diferenças entre a estatística da matriz do patrimônio financeiro e as estatísticas econômicas oficiais compiladas pelo BCB consideradas isoladamente:

Setor Governo Geral

- i. A dívida mobiliária do governo federal emitida no mercado interno é avaliada a preço de mercado, conforme determina a metodologia internacional. Utilizou-se a precificação apurada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (PU Anbima). Na estatística do patrimônio financeiro líquido do governo geral, também se adota o valor de mercado para os títulos públicos. Nas demais estatísticas compiladas pelo BCB (dívida líquida do setor público, dívida bruta do governo geral, estatísticas monetárias, crédito ampliado, estatísticas externas, títulos de dívida por categoria de emissor), utiliza-se o preço da curva de rendimentos.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

- ii. A carteira de títulos públicos do BCB é incluída integralmente como ativo do BCB e passivo do Governo Geral. Nas estatísticas de finanças públicas, quando se apura a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), considera-se apenas os títulos da carteira do BCB que são utilizados para operações compromissadas. Na estatística de crédito ampliado ao Governo Geral, toda a carteira de títulos públicos do BCB é excluída.
- iii. São incluídos os ativos e passivos financeiros dos fundos extraorçamentários no setor Governo Geral (FGTS e PIS-PASEP), não incluídos nas estatísticas fiscais. A inclusão desses fundos segue a classificação adotada pelo IBGE na compilação das Contas Nacionais.

Setor Financeiro

- i. Inclusão dos ativos e passivos financeiros das instituições de pagamentos (subsetor outras sociedades financeiras) e dos planos de saúde (subsetor seguradoras e fundos de pensão). Na estatística do panorama das Outras Sociedades Financeiras, as instituições de pagamentos e os planos de saúde ainda não estão incluídos.
- ii. Inclusão dos ativos e passivos dos fundos de investimento que aplicam em cotas de outros fundos de investimento, gerando impacto principalmente no setor dos Fundos de Investimento Monetários. Nas estatísticas monetárias e financeiras, os fundos que aplicam em cotas de outros fundos não estão incluídos, pois o objetivo é a apuração líquida dos passivos classificados como meios de pagamentos ampliados.

Sociedades não financeiras e Famílias

- i. Inclusão das Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI) nos passivos das sociedades não financeiras, por serem instrumentos emitidos em sua maior parte por empresas não financeiras do setor imobiliário. Seguindo a ótica patrimonial que prevalece na matriz, os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) foram classificados como passivos em títulos das outras sociedades financeiras, por serem emitidos por securitizadoras. Na estatística do crédito ampliado ao setor não financeiro, as CCIs não foram incluídas, para não gerar dupla contagem com os créditos imobiliários que foram securitizados, os quais já são captados por meio dos saldos de CRI.
- ii. Ainda não foram incluídos na matriz os empréstimos provenientes dos consórcios, que já fazem parte da estatística de crédito ampliado ao setor não financeiro.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

- iii. O setor de famílias na matriz pode apresentar saldos mais elevados que em outras estatísticas, para os mesmos instrumentos, pois inclui CNAEs de pessoas jurídicas classificados como sociedades não financeiras nas outras estatísticas e que são reclassificados na matriz como instituições sem fins de lucro a serviço das famílias, de acordo com a metodologia internacional.

Setor Externo

- i. Os ativos do BCB com contraparte em passivos do setor Resto do Mundo são superiores aos saldos das reservas internacionais pois incluem outros ativos externos que não fazem parte das reservas (como ativos do BCB com outros bancos centrais da América Latina, no âmbito do Convênio de Créditos Recíprocos).
- ii. Os ativos totais dos demais setores institucionais exceto BCB com contraparte resto do mundo são inferiores ao saldo da PII, exclusive reservas internacionais, pois na matriz são excluídos os ativos não financeiros.

VI. Relação da matriz com dados divulgados pelo IBGE

Anualmente, o IBGE divulga as Contas Econômicas Integradas (CEI), fazendo parte deste conjunto estatístico a conta financeira (estoques e fluxos). A matriz do patrimônio financeiro divulgada pelo BCB é a base principal para a apuração dos estoques da conta financeira (que o IBGE divulga como “conta de patrimônio financeiro”).

A tabela 2 mostra as principais diferenças entre a conta de patrimônio financeiro divulgada pelo IBGE e a matriz do patrimônio financeiro divulgada pelo BCB.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Tabela 2 – Ativos e passivos financeiros: comparação de dados divulgados por IBGE e BCB

CEI - Conta de patrimônio financeiro (IBGE)	Matriz do patrimônio financeiro (BCB)
Abertura nos seguintes setores: sociedades não financeiras; sociedades financeiras; governo geral; famílias e ISFL; resto do mundo	Além dos setores divulgados na CEI, inclui abertura de seis subsetores nas sociedades financeiras (Bco Central; outras sociedades de depósitos; fundos monetários; fundos não monetários; outras sociedades financeiras; seguradoras e fundos de pensão)
Os ativos e passivos financeiros de cada setor são apresentados de forma unidimensional, sem identificar as contrapartes	Apresentação de ativos e passivos de forma matricial, com identificação das contrapartes
Refere-se à posição de dezembro de cada ano, com defasagem de até 22 meses	Refere-se à posição de cada trimestre, com defasagem de 4 meses
Incorpora dados provenientes da declaração do imposto de renda anual para alguns instrumentos financeiros	Inclui dados provenientes da declaração do imposto de renda anual somente para estimativa das ações
As revisões ocorrem somente nas mudanças de base, que são comunicadas pelo IBGE	Revisão ordinária de curto prazo (de até dois trimestres anteriores) e revisão ordinária anual (poderá ser de toda a série)

A utilização da base de dados do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas pelo IBGE de forma mais abrangente, quando comparada à matriz divulgada pelo BCB, gera estoques mais elevados na conta de patrimônio financeiro, principalmente nos instrumentos de empréstimos e outras contas a receber/pagar (créditos comerciais e outros) dos setores de sociedades não financeiras e famílias.

VII. Conclusão

A matriz do patrimônio financeiro é um conjunto estruturado de séries estatísticas, compilado com base na metodologia internacional de contas nacionais, cujo objetivo é quantificar as relações financeiras entre os diversos agentes da economia nacional, e entre esses e o resto do mundo. A matriz fornece uma cobertura sistêmica e integrada da riqueza financeira e da estrutura de financiamento da economia, que normalmente são captadas nas estatísticas mais tradicionais de forma dispersa, incompleta e sem padronização na classificação de instrumentos e setores.

Por ser um conjunto estatístico que reúne e integra diversas fontes de dados, a produção da matriz demanda a obtenção, tratamento e hierarquização de dados para a compilação dos ativos e passivos financeiros da economia da forma mais abrangente possível. Os dados são classificados conforme a metodologia internacional, por categoria de setor institucional e tipo de instrumento financeiro, e apresentados em uma única tabela, de forma a evidenciar as relações multisetoriais do ambiente macroeconômico que os agentes estão inseridos.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

A matriz é um importante instrumento para conhecimento da estrutura financeira da economia, para análise de conjuntura, previsão e planejamento macroeconômicos. A compilação das séries requer constante aprimoramento, acompanhando a evolução dos instrumentos financeiros e das instituições, e incorporando o aperfeiçoamento e maior disponibilidade das bases de dados.